

A formação em Ciências Sociais e o trabalho prático como economista*

Francisco de Oliveira[§]

Minha estréia no mundo acadêmico se deu mesmo com a *Crítica à Razão Dualista*, em meio à unanimidade, àquele quase consenso, cepalino e furtadiano, em torno das questões do desenvolvimento. Antes disso não há nenhum trabalho que tenha alguma relevância, porque, praticamente, eu não me dedicava à pesquisa. Para ser mais fiel a mim mesmo, publiquei antes dois artigos na inesquecível e valente *Revista Civilização Brasileira*, do Ênio Silveira, logo depois do golpe de Estado, com uma crítica ao plano de ação de Castelo Branco, isto é, o plano de Campos e Bulhões. Minha formação é muito compósita, é de Ciências Sociais meu título universitário. Mas, por necessidade de sobrevivência, já que não havia emprego para sociólogo no Nordeste, fui trabalhar com economia, como um simulacro de economista, em 1956, no Banco do Nordeste, e estava destinado a uma carreira que era meio de pesquisa, meio de assessoria aos programas do Banco.

Isso tudo foi ainda no Nordeste, entre Recife e Fortaleza. O Banco do Nordeste tinha sido criado em 1954, e não tinha quadros, porque no Nordeste as faculdades de Economia eram muito precárias. Então fizeram uma coisa inteligente, até certo ponto, que foi pegar o pessoal formado de nível superior e fazer uma reciclagem. E na verdade a tal reciclagem foi uma enorme novidade. Botavam a gente numa espécie de autoclave e saíamos um ano depois, tendo aprendido mais do que na universidade. Em 1959 veio a Sudene, mas também ali eu não fazia pesquisa. Só depois do golpe militar é que eu entrei num roteiro de trabalho que acabou por me levar à pesquisa. Em 1965, fui trabalhar para as Nações Unidas, na Guatemala. O trabalho não era exatamente de pesquisador, mas mexíamos muito com a coisa empírica, ordenando dados, fazendo diagnósticos e prognósticos sobre as economias centro-americanas que formavam o Mercado Comum.

* Entrevista com o Professor Francisco de Oliveira, realizada em 10/10/2003, pela Professora Leda Maria Paulani.

§ Professor Titular Aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Atualmente dirige o CENEDIC Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania.

Depois fui para o México, onde trabalhei num centro de estudos monetários, e comecei a mexer não com pesquisa sobre moeda, evidentemente, mas com as questões do desenvolvimento. Para qualificar-me, eu havia feito dois cursos de treinamento, com ênfase em economia, o curso que a Cepal fazia em todos os países da América Latina - no Brasil havia um curso anual, que depois passou a ser fixo na Unicamp - e o curso que o Banco do Nordeste ministrou em 1955/56, cuja orientação não era cepalina, mas muito americana, com Samuelson como livro básico, mas, mesmo aí, alguns de seus professores, do Rio, apesar de não serem exatamente cepalinos, eram já furtadianos. Assim, a minha formação como economista, naquilo que eu acho que ela tem de melhor, de mais consistente, é cepalina. O meu Marx não servia quase para nada, era muito tosco, mais ideológico do que qualquer outra coisa.

Em 1968, quando voltei para o Brasil, vim para São Paulo. Não deu pé ficar em outra parte. Em Recife não adiantava ficar, porque eu ia ser um permanente “convidado” a visitar os quartéis, o que não seria muito agradável... Aceitei um convite da Universidade Federal da Bahia, por influência de Rômulo Almeida, mas a universidade não tinha recursos e queria que eu os conseguisse. Aí me despedi da vontade de ficar no Nordeste. Em São Paulo trabalhei em consultoria, onde me dei muito bem do ponto de vista financeiro, mas também não era pesquisa, era picaretagem bem estruturada. A minha estréia foi no CEBRAP mesmo.

O CEBRAP, a releitura de Marx e o surgimento da *Crítica à Razão Dualista*

O CEBRAP foi criado em 1969 e eu fui para lá em 1970. Quem me levou foi o Octávio Ianni. Tinham um projeto financiado pela Academia Brasileira de Ciências para estudar a questão do planejamento no Brasil. Dinheiro do governo, portanto. Depois que o governo militar soube o que era o CEBRAP e quem estava lá, evidentemente cortou essa grana. Bom, o Octávio Ianni me convidou para integrar o CEBRAP, para trabalhar nessa pesquisa. Eu o conhecia, porque ele tinha ido muitas vezes a Recife dar cursos na SUDENE. O Fernando Henrique eu conheci no Chile. Ele estava lá, trabalhando justamente no ILPES, nos meses que passei ali tentando arrumar emprego. E almocei muitas vezes pago pelo Chico Weffort e algumas vezes por ele.

Aceitei, portanto, o convite e fiquei com o Octávio, trabalhando nessa pesquisa sobre planejamento no Brasil. Ele fazia a parte nacional, da qual resultou o livro *Estado e Planejamento no Brasil*, e eu ficava com o planejamento regional. Depois faltou dinheiro, mas eu fui ficando por ali, fazendo pequenos projetos, não muito sistemáticos, até que

surgiu a grande discussão, provocada pelo Fernando Henrique, que está no seu livro *Autoritarismo e Democratização*, no qual, em um dos textos, ele defende a tese de que a ditadura era uma revolução burguesa. Nós entramos na discussão, eu e Paulo Singer, contestando essa tese. Paulo fez um texto de muito sucesso, *O Milagre Brasileiro*, que teve sucessivas edições nos Cadernos do CEBRAP, e eu fiz a *Crítica*. Foi daí que surgiu tudo.

A *Crítica*, apesar de ser ainda muito cepalina, está muito influenciada por uma releitura de Marx que eu estava fazendo, pela primeira vez de forma dura, de forma séria mesmo, consistente. Essa releitura eu a estava fazendo por conta própria, não tem nada que ver com o famoso seminário do *Capital*, porque quando cheguei a São Paulo o tal seminário já havia terminado. Então fui muito ajudado por isso, por essa circunstância de estar relendo Marx, mas fui ajudado também pela minha vivência na Sudene, que me deu muita coisa do que está na *Crítica*, ainda que sem referências explícitas, porque não havia nenhum texto específico ao qual eu pudesse me referir.

Minha vivência na Sudene foi, portanto, fundamental, porque me deu uma experiência do que era o Estado brasileiro, do que era de verdade a desigualdade e, além disso, me mostrou de que forma o planejamento poderia enfrentar uma situação como a do Nordeste. Eu fui obrigado, de certa maneira, a interpretar aquela experiência, o que me levou a encarar o planejamento e a formação do Estado brasileiro de uma forma que chegou a ser original. Veio daí o que há de criativo no meu trabalho. Pode-se dizer, pois, que a *Crítica* é uma releitura da CEPAL, ancorada na experiência da Sudene, com os olhos do *O Capital* de Marx.

Mas pode-se ver, mesmo hoje, em que ela está reeditada e bonita,¹ que suas bases são muito precárias. Do ponto de vista de bibliografia, por exemplo, não tem muita coisa. Mas eu aproveitei muito também da experiência de freqüentar, por um certo tempo, no Rio, o BNDE (hoje BNDES), que era muito interessante. O curso da CEPAL que eu fiz no Brasil foi patrocinado pelo BNDE e pela CAPES. Os projetos que se analisavam eram do BNDE, havia professores do BNDE, e o próprio Celso Furtado, antes de ir para Cambridge, nos deu aula lá. Isso tudo lá pelo final dos anos 50.

1 *A Crítica à Razão Dualista* foi reeditada, agora em 2003, pela Boitempo. Esta reedição se dá, portanto, no ano em que o texto completa 30 anos. Trata-se de uma edição comemorativa, para a qual o Prof. Francisco de Oliveira escreveu uma espécie de pós-fácio intitulado *O Ornitorrinco*, do qual fala mais adiante nesta entrevista. A edição traz ainda um notável ensaio de Roberto Schwarz dando conta desses dois trabalhos e dos 30 anos que os separam. (Nota dos Editores)

Havia então uma ebulição muito grande no Rio, em torno, de um lado, do BNDE e, de outro, da Fundação Getúlio Vargas (a FGV-RJ). O Celso fez a *Econômica Brasileira*, uma revista que era o reduto dos desenvolvimentistas-furtadistas, e que fazia um contraponto à *Revista Brasileira de Economia* da FGV, que era a fortaleza dos liberais - na verdade, mais autoritários que liberais, como a história provou. Eu fui sócio dessa revista que o Celso fundou, ainda tenho a coleção dela... A *Econômica* surgiu patrocinada pelo Clube dos Economistas, com o Celso à frente, e o apoio dos economistas do BNDE, que eram da linha desenvolvimentista. Era uma revista magrinha, que se sustentou até o golpe e estava crescendo. Ali escreviam basicamente economistas da linha desenvolvimentista, Ignácio Rangel, Juvenal Osório Gomes, José Pelúcio Ferreira, traduzia-se um ou outro texto. José Pelúcio foi quem criou a FINEP; foi o único que prestou atenção à coisa da tecnologia. O BNDE tinha um setor de tecnologia, e ele foi lhe dando força, aumentando-o. Assim, já na ditadura, resultou desse esforço e dessa preocupação com a questão do desenvolvimento tecnológico a FINEP, já autônoma e desvinculada do BNDE. Isso é interessante, porque o Pelúcio não era um grande economista, não era nada excepcional, mas sempre foi muito atento a essa questão e acabou por criar esse órgão para viabilizar a pesquisa tecnológica. Mas voltando ao ponto, a minha passagem pelo BNDE também foi importante para a construção da *Crítica* porque me deu um pouco mais de base, de vivência com os projetos, os problemas e as discussões que giravam em torno da questão do desenvolvimento. Foram os anos Kubitschek.

A surpresa com a repercussão da *Crítica*

Bom, a repercussão da *Crítica* surpreendeu a todo mundo, mas, em primeiro lugar a mim mesmo, porque eu achava que aquilo era do conhecimento geral... Depois da experiência do governo Kubitschek, eu achava que não estava dizendo muita novidade, e a repercussão me espantou, porque, na época, ela foi de fato muito grande. Fiz seminários seguidos sobre o texto. Em todo canto eu era convidado para discuti-lo. No CEBRAP mesmo houve seminários seguidos. Lembro de um deles, para o qual o (Antonio Barros de) Castro veio do Rio. Havia um fluxo interessante entre o Rio e São Paulo: o Castro, o (Carlos) Lessa, a Conceição (Tavares), o Pedro Malan, o José Eduardo de Carvalho - creio que era esse seu nome - vinham fazer seminários conosco. Num desses, o Castro fez-me uma crítica ácida, disse que o que eu estava fazendo era funcionalismo. Quem me defendeu - veja-se como as coisas são! - foi o Giannotti. Mas a influência do texto foi muito grande. Não sei exatamente entre os economistas que dimensão ela teve. Mas entre sociólogos, entre planejadores, entre gente ligada a planejamento urbano e a geografia, a *Crítica* influenciou muito e foi discutida durante longo tempo.

Apesar do papel fundamental que desempenha em minha análise a determinação recíproca entre atraso e modernidade, a *Crítica*, ao contrário do que se possa pensar, não tem diretamente nada a ver com Hegel, nem do ponto de vista metodológico. Àquelas alturas, a minha leitura do Hegel era muito escassa, e ainda sou muito jejuno em Hegel... Se há ali alguma influência de Hegel, ela veio por Marx, por via indireta, o que é quase regra entre marxistas pouco ilustrados como eu. Por via direta, a primeira vez que eu tentei ler Hegel de forma sistemática foi com o livro do Paulo Arantes, já no início da década de 80. Eu estava em Paris, e o Giannotti me mandou o livro do Paulo Arantes, *A Ordem do Tempo*, e mandou um recado: leia, que é uma coisa brasileira e muito original. E eu apanhei pra burro para ler o Paulo.

Mas voltando à inesperada repercussão, eu não sabia que estava falando uma novidade. Aquilo me parecia uma coisa meio óbvia: depois de Vargas, depois de Juscelino, achei que havia pouca dúvida sobre os processos gerais que estavam em curso. Além disso, naquela época, o ambiente era de muito debate sobre todas essas questões. O Celso tinha afirmado a estagnação (aquele livro dele é de 67), a Maria da Conceição Tavares e o José Serra vieram e escreveram *Além da Estagnação*. A discussão toda era muito interessante, muito viva, principalmente em São Paulo, mas não só aqui, em toda a América Latina. Começou-se a discutir muito o problema da marginalidade... Por exemplo, a pesquisa realizada pelo CEBRAP sobre a cidade de São Paulo, numa série dirigida por Vinícius Caldeira Brandt, donde resultou o livro *São Paulo: Crescimento e Pobreza*, teve um impacto fantástico. O livro vendeu mais de 100 mil cópias. Então o ambiente geral era de muita discussão, o que tornava a repercussão da *Crítica* ainda mais surpreendente. Na realidade, todos os livros que saíram naqueles tempos se beneficiaram desse ambiente. Essa é a razão fundamental pela qual agora, na reedição da *Crítica*, com posições bastante diferentes, algumas até antagônicas, em relação a alguns dos meus interlocutores da época, eu mantive todas as referências, tais como então foram feitas; não mudei uma vírgula, porque o livro não existiria sem aquele ambiente. Não faria como os historiadores soviéticos sob o estalinismo, revendo a história e consertando o texto naquilo que a História não confirmou ou retirando as figuras da foto antiga. Acrescentei até, à nova edição, uma dedicatória aos meus amigos do antigo CEBRAP.

A Elegia para uma Re(li)gião e a questão do planejamento

Depois da *Crítica*, veio o trabalho de que mais gosto, o texto do coração e que é, na realidade, o resultado da pesquisa para a qual eu fui para o CEBRAP. Chama-se *Elegia para uma Re(li)gião*. Aí eu fiz um truque. Eu botei o *li* entre parênteses para poder usar os dois termos. É uma região (o Nordeste), e a religião de que estou falando é a religião

do planejamento. Esse texto não é muito conhecido entre os economistas, mas fez muito sucesso entre os geógrafos, porque eu discuto ali justamente o conceito de região. A influência maior é de Gramsci, e o olho estava na coisa da Itália, na contradição Norte versus o *Mezzogiorno*. Este texto é o que o ILPES havia encomendado.

Daquele trabalho todo, de que falei lá atrás, o Octávio Ianni acabara fazendo o *Estado e Planejamento*, e eu não fizera nada. Mas tinha ficado um acúmulo de reflexões, anotações. Em 1975, o ILPES voltou à carga e ao velho tema e encomendou ao Fernando Henrique um trabalho sobre a experiência brasileira de planejamento regional. O Fernando Henrique passou o trabalho para mim. Contando com a experiência e o conhecimento anteriores, fiz sozinho todo o trabalho. O Fernando Henrique assinou o relatório, co-responsabilizou-se, mas nunca reclamou a autoria de nada. Não tenho nada a reparar ao seu comportamento, bastante aberto e generoso, embora hoje eu tenha sérias restrições à sua atuação política, como não cansei de reiterar em artigos à época de sua presidência.

Depois eu transformei o relatório da pesquisa encomendada pelo ILPES nesse livro. *A Elegia* é uma discussão sobre a experiência da Sudene, em que eu desloco o conflito de classes, que sempre fora julgado como um conflito regional, para o plano nacional. O Nordeste tinha tentado copiar a experiência do *Mezzogiorno*. A legislação de incentivos fiscais, que a partir daí passou a ser consensual, foi copiada dessa experiência da Itália. E ela não foi copiada pelo Celso, mas por um deputado usineiro, ele mesmo descendente de italianos, o Gileno De Carli. Ele conhecia a experiência do *Mezzogiorno* e enfiou na lei de criação da Sudene o tal sistema de incentivos fiscais, que depois foi sendo aperfeiçoado.

Quando eu fui desenvolver esse trabalho, pensei no caso da Itália e fiz uma exploração, desloquei a visão. Achava-se que o Arraes tinha sido deposto porque o conflito no Nordeste era insuportável, e eu desloquei essa interpretação: o conflito não fora **no** Nordeste. O Nordeste tinha sido apenas o elo mais fraco. Tentei entender por que surgiram as Ligas Camponesas, por que elas se tornaram revolucionárias e tentei interpretar o governo popular do Arraes contra o Estado tradicionalmente dominado pela oligarquia açucareira. O livro entra nessa chave. E revela uma dor muito funda: eu havia perdido minha primeira mulher... a abertura é uma oração. Para mim ali desapareciam duas coisas: a região (não se podia falar mais em economia regional), e o planejamento, que, naquela forma, estava condenado.

A Economia da Dependência Imperfeita, Frederico Mazzucchelli e algumas peripécias

O trabalho seguinte, que veio logo em seguida, em 1977, foi a *Economia da Dependência Imperfeita*. Eu sou muito oportunista com essa coisa dos títulos. A *Crítica à Razão Dualista* foi evidentemente uma glosa, no bom sentido, da *Crítica à Razão Dialética* do Sartre. Já a *Dependência Imperfeita* é o aproveitamento de um título de um clássico da teoria da concorrência combinado com a teoria da dependência do Fernando Henrique. Eu coloquei o “imperfeita”, para ela deixar de ser redonda, porque assim aparece uma contradição, abrem-se possibilidades. Se a dependência fosse muito redondinha, uma esfera, não se teria como furá-la, não haveria esperança nenhuma.

Nesse livro, um dos artigos é escrito com Frederico Mazzucchelli, que eu conhecera no próprio CEBRAP. Ele trabalhava lá, como assistente de pesquisa do Paul Singer. Era uma figura notável. A gente jogava futebol, ele era goleiro, míope, e, para conseguir jogar, usava uns óculos enormes, com armação de borracha. Foi o primeiro que vi jogar assim. Ele era ótimo. Nós tínhamos uma relação muito boa e um dos artigos foi feito com ele. Isso também foi uma novidade. Todos que trabalharam comigo assinaram conjuntamente os artigos, o que não era muito comum. O Fred assinou comigo, o Philippe Reichstul também, o Wanderley Borges. Com o Philippe fiz um artigo, *Mudanças na Divisão Regional do Trabalho*, tentando ver o que é que a industrialização do Nordeste acarretava de mudanças na divisão do trabalho do ponto de vista regional.

Mas voltando ao Fred, há uma coisa “engraçada” para contar. Minha relação de amizade com ele custou-me caro, porque acabei sendo preso por causa dele... Era 1974 e certo dia o Fred desapareceu. Acho que a mãe dele (não lembro se ele já estava casado, na época) telefonou para lá para perguntar pelo Fred. Estávamos eu e o Octávio Ianni. Octávio atendeu, não sabia informar, passou-me o telefone, era alguém que perguntava pelo Fred. Desconfio que era alguém avisando do que de fato aconteceu, o seqüestro do Fred pelo Dops. Mas se falava em códigos. Respondi: ele não apareceu aqui hoje, não temos como localizá-lo, não, mas quem sabe algum amigo dele tem notícias, a gente vai tratar de se informar. Saí do CEBRAP e fui para a casa do Caico, que é este que eu homenageio com a história do *Ornitorrinco*, que era muito amigo do Fred, os dois eram da mesma geração, acho que estudaram juntos na FEA ou já tinham estado em cana juntos. O Caico estava sendo preso naquela hora, e eu caí como um pato lá: fui preso junto. Quando entrei, a porta fechou-se atrás e senti o frio do cano do revólver na nuca. Foi preso todo mundo, eu, o Caico, o Fred, a mulher do Caico ...

A entrada na Universidade e o *Elo Perdido*

Em 1978, eu me tornei professor. Comecei a dar aula na Faculdade de Economia da PUC. Fiquei lá uns dois anos, depois me transferi para o programa de pós-graduação em Economia, onde fiquei oito anos. O programa não me deu grande coisa como lugar de pesquisa, mas os colegas, Armando Barros de Castro, Walter Barelli, Ademar Sato, eram ótimos e os alunos interessantes. Dei cursos muito interessantes lá. A PUC era muito precária, o programa não tinha como bancar pesquisa, era muito desconsiderado pela CAPES, pela institucionalidade geral da área de Economia. De fato, a gente só dava aulas... Em 1988, fui para a USP, convidado pelo pessoal do Departamento de Sociologia. Na época fui convidado pela Unicamp e pela USP, pelos dois departamentos de Sociologia, e eu preferi a USP por razões óbvias - não queria estar viajando semanalmente duas, três vezes. Aceitei o convite da USP e fiquei no Departamento de Sociologia até 1998 como professor e até hoje, já aposentado, como pesquisador e orientador. Dirijo um centro de pesquisas, o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, com o apoio dos departamentos de Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Letras. Gosto muito do meu departamento. Lá me refiz como sociólogo.

Foi nesse meio tempo que surgiu o *Antivalor*. Ele apareceu, pela primeira vez, em 1988, mas de modo quase simultâneo eu fiz também *O Elo Perdido*, que foi reeditado agora pela Editora da Fundação Perseu Abramo, mas foi publicado pela primeira vez em 1987 pela Brasiliense. O *Elo* foi o resultado de uma encomenda que me fizeram em Paris. A Unesco, por mediação do Fernando Henrique Cardoso, então presidente da ISA, me pedira um trabalho sobre classes sociais no Nordeste e eu fiz *O Elo Perdido*, a partir de materiais de pesquisa que o CEBRAP tinha feito na Bahia. Nós tínhamos investido muito em pesquisas na Bahia, porque nos parecia, aos olhos da discussão dos anos 70, o lugar onde a gente “acharia” a marginalidade no Brasil. Fizemos - o CEBRAP - a pesquisa sobre marginalidade, depois sobre distribuição de renda e alimentação, sobre fecundidade e mortalidade e outras variáveis demográficas, áreas que eram tão importantes no CEBRAP. Mas todos esses materiais estavam meio descosturados. Então, quando a Unesco me encomendou esse trabalho, eu usei o material dessas pesquisas e dei-lhe a interpretação das “classes inacabadas”

O nome *Elo Perdido* deve-se ao fato de que era isso que a gente buscava na Bahia. A Bahia seria o caso exemplar de marginalidade. Ali havia uma herança escravista forte, a cidade era negra, não era uma cidade industrial. Recife sempre foi uma cidade industrial, Salvador deixou de ser desde o século XIX. Então, inchada (segundo os critérios gilbertianos as cidades inchavam), pensávamos que ali iríamos flagrar a marginalidade. Por isso eu chamei de “elo perdido”, porque se tratava dessa classe inacabada. Como classificá-la?

Não era operariado, do ponto de vista formal, porque não tinha emprego, e não se tratava exatamente de desempregados, e era uma classe que estava crescendo, e crescia por efeito da industrialização sob a Petrobrás. Então o que seria isso? A pesquisa do CEBRAP encontrou essa situação, mas não teve força explicativa. O *Elo* é da mesma época do *Antivalor*, 1988 e 1987. É uma época também em que o Lúcio Koverick publicou seu clássico livro sobre marginalidade urbana, igualmente resultante de pesquisas no CEBRAP.

O contato com o Estado do Bem-Estar Social e *O Antivalor*

O *Antivalor* nasceu de um projeto, cujas pesquisas desenvolvi na França. Fui para lá em 1982, para desenvolver um projeto que se chamava “A Função do Fundo Público no Capitalismo Oligopolista”; aliás, um dos cursos que dei no Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia da PUC-SP chamava-se exatamente “Estado e Economia: Para Além da Face Fiscal”. O que eu queria era entender o que é que fazia o BNDE, essas coisas... Capitalismo oligopolista talvez tenha sido muito pretensioso para estudar o caso do Brasil... Essa era uma discussão que eu já alimentava com o Giannotti no CEBRAP. Tive uma excelente relação intelectual com o Giannotti, pessoal também, gosto de frisar. Infelizmente, se desgastou depois, por causa da opção tucana, de um lado, e da minha opção PT, do outro, mas eu tive muito boa relação intelectual com ele, fui amigo pessoal dele, e do Fernando Henrique também. Tínhamos uma discussão sobre o assunto, por isso fiz o meu projeto sobre a função do fundo público no capitalismo oligopolista.

Eu fui com essa intenção, mas chegando lá virei de pernas para o ar, porque me deparei com o Estado do Bem-Estar. O que eu conhecia de Estado intervindo eram as coisas do tipo daquelas que o BNDE fazia, os casos clássicos de financiamento, de alavancagem da acumulação de capital pelo Estado, que, na experiência da periferia, aparece de forma mais explícita e ordenada. Nos países desenvolvidos, essas formas são menos claras: há aquele período de acumulação primitiva, em que o Estado fica ali, forjando, mas, passada essa fase, essa cara de instituições para o desenvolvimento não aparece muito. Aparece na periferia. Eu fui para lá para estudar isso e encontrei outra coisa - que não estava no meu esquema. E aí, de novo, voltei ao velho barbudo: e o lado do trabalho, como é que ficou? Além do mais, se o trabalho é uma relação social, e ela mudou, o outro lado não pode ter ficado do mesmo jeito, justamente por causa da determinação recíproca. Mas talvez seja interessante falar um pouco de meu posicionamento político e ideológico, para que se entenda melhor minha reação a esse encontro com o Estado do Bem-Estar Social.

A minha trajetória ideológica é a seguinte: eu sou reformista desde criancinha. Entrei na política pelo Partido Socialista, nunca fui do Partidão. Talvez minha formação católica

me tenha impedido. Além disso, encontrei na universidade duas pessoas (meus amigos até hoje), a quem devo minha formação socialista, que fizeram a faculdade de Direito, e eu a de Filosofia: Cláudio Souto e Hilton Rios. Formamos então esse grupo de socialistas em que não havia nenhum do Partidão. Chamava-se Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco, MESP. Era um grupo muito pequeno, não tinha nenhuma relevância, nem no estudantado, nem na política, mas aí entramos no Partido Socialista, no qual eu militei, de forma bastante *light*, como é o meu caso, sempre, nunca fui muito empenhado... Nunca fui para o lado da política orgânica. Fiz as coisas que todo mundo fazia, pichei rua, levei pinico de mijo na cabeça, porque a gente ia pela rua perturbando as pessoas, cantando hino, com escada, pichando. Fiz tudo isso, de forma bastante *light* e levei cacetada da polícia, mas sem maiores conseqüências. Eu nunca entrei no Partidão, embora tivesse grandes amigos no Partidão e até bastante contato.

Depois eu entrei na fase desenvolvimentista, quando conheci a CEPAL, e tive a forte influência de Celso Furtado. O Socialismo ficou então meio escanteado. Nunca mudei, de fato, de posição, mas a militância mais explícita ficou bastante atenuada. Depois veio o golpe militar e aí voltou tudo com muita força. Sobretudo quando eu me fixei em São Paulo, passei a ter uma atuação mais intensa, mas não em Partido. Lembro que eu não entrei no MDB porque não quis. Creio que em 1973 a gente estava numa reunião, que eu não me lembro bem para que era, na casa de Eduardo e Marta Suplicy, e, ao sairmos dali, encontramos Andrezinho Franco Montoro com as fichas de inscrição no MDB. O Eduardo se inscreveu ali, e eu disse que não queria, que não gostava de partido, que não era o meu caso. O Andrezinho nem deve se lembrar disso. Embora tenha sido sempre um militante *light*, de que os dirigentes de partidos não gostam, nunca me recusei a colaborações muito engajadas, como se deu com a feitura do programa do MDB para o anticandidato Ulysses Guimarães em 1974. Junto com Fernando Henrique Cardoso, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Chico Weffort, Luiz Werneck Vianna. Aliás, a ciência política e a sociologia estão nos devendo um estudo sobre Ulysses, esse grande timoneiro da redemocratização.

Então nunca fui muito de política orgânica, mas em São Paulo comecei a me movimentar muito, a escrever na *Folha de S. Paulo*, convidado pelo Cláudio Abramo. Coube a ele fazer uma lista de intelectuais que a *Folha* convidaria para escreverem e eu era um deles. Paradoxalmente, ironicamente, o Cláudio não botou o genro, o Vinícius Caldeira Brant, mas colocou na lista o Fernando Henrique e eu e nós começamos a escrever. Essa fase foi a fase de oposição, a gente estava no grande guarda-chuva do MDB, mas eu não me identificava do ponto de vista partidário, nunca me identifiquei.

Aí fui voltando a refletir, a prestar atenção às questões relativas ao socialismo. Quando eu fui para a França, duas coisas aconteceram. Primeiro, eu achei que tinha tido a sorte

de cair no governo Mitterrand, quer dizer, o socialismo democrático ia ser provado e eu estava no melhor lugar para ver, porque além de tudo Paris vale bem uma missa... Em segundo lugar, o choque produzido pelo encontro com o Estado do Bem-Estar provocou em mim a seguinte perplexidade: quão próximos nós estivéramos desse caminho reformista. Tratava-se de um caminho que claramente poderíamos já ter seguido, não fora o golpe militar. Tinha sido essa, sem dúvida, nossa grande oportunidade perdida. Então não tinha essa de ficar reclamando do reformismo, tinha que reclamar é da ausência do reformismo, porque a oportunidade tinha estado perto, e se identificava ali um pouco de socialização.

A França me provocou então duas coisas. Primeiro isso, que se refletiu no trabalho teórico, essa descoberta do antivalor, da desmercantilização da mercadoria força de trabalho; segundo, a minha confirmação, muito influenciada por essa inflexão do trabalho teórico, de que a classe organizada é, sim, capaz de fazer o socialismo. A questão da discussão de reforma e revolução é bizantina, do ponto de vista teórico. Pode ser muito própria em determinadas circunstâncias históricas, mas transformar isso em teoria pareceu-me claramente abusivo. Então o negócio era insistir no caminho reformista. O pior de tudo é quando ele desaparece.

Isso, para mim, juntava-se à criação do PT no Brasil, que já existia quando fui para a França. Também aí, claro, reproduzia-se a discussão bizantina “reforma x revolução”. Minha passagem pela França me deixara então muito convicto de que era preciso insistir nesse caminho, insistir e aumentar a margem de intervenção da classe organizada na coisa do Estado. Então, para mim, essas discussões, se você está gerindo ou não o capitalismo, começaram a ficar meio sem sentido. Isso é paradoxal, porque ao mesmo tempo eu fui ficando radical. Quer dizer, hoje, como resultado, diante do que está se processando, eu acho que o que falta é reformismo, mesmo, e que embora a posição mais de curto prazo seja pessimista, pelas razões que eu tento discutir no *Ornitorrinco*, eu acho que a classe organizada é capaz de fazer a transição democrática.

Eu me reafirmo hoje como um socialista radical, reformista. Nunca me identifiquei com a tucanagem. Percebi desde logo que aquilo era uma usurpação semântica, uma usurpação de uma tradição que, com aquela conformação, tão esnobe, não fazia o menor sentido. Ali não tem povo. De qualquer forma, o PSDB não foge à regra brasileira de que os nomes dos partidos pouco têm que ver com os próprios. Um dos partidos que Vargas criou chamava-se Partido Social Democrático, e só tinha oligarquia rural, uma coisa fantástica.

Ignácio Rangel, capital financeiro, a nova classe e *O Ornitorrinco*

E já que entramos no assunto, podemos puxar a questão da nova classe de que falo no *Ornitorrinco*. Um ramo dela é esse ramo tucano, que incomoda pelo esnobismo e pelo elitismo (financistas e banqueiros); o outro são esses administradores e gestores de fundos públicos, de origem sindical, que vêm do PT. É claro que ser tão taxativo como sou a respeito da efetiva criação de uma nova classe no País é algo precipitado. Mas isso faz um pouco parte do meu método, de provocar a discussão para abrir o espaço para uma coisa que tem tabus, de todos os lados, à direita e à esquerda. Nessas situações, o pensamento teórico meio que se embanana. Então as afirmações taxativas fazem parte de uma provocação metodológica, como se alguém dissesse: olhe, aqui tem uma coisa nova e é preciso nos desembaraçar de algumas coisas antigas e tentar pesquisar. Então não posso dizer de fato, afirmar peremptoriamente que se trata de uma nova classe, mas segue como uma provocação, para o pensamento funcionar.

Quais são as bases dessa afirmação? Inicialmente, o lugar onde eles estão, que é o lugar do capital financeiro e que é inteiramente novo na periferia, não se pode esquecer. No mundo desenvolvido isso foi formado de outro jeito, mas na periferia o lugar do capital financeiro dessa forma é uma novidade. E na periferia ele surge exatamente pela velha parteira que é o Estado. Não poderia surgir de outra maneira. Quem começou a apostar nisso 20 anos atrás foi Ignácio Rangel. Nos artigos que ele escrevia para a *Folha* ele era a favor da privatização, contra todos nós, e dizia que haveria um excedente a ser transferido, e que estava na hora de fazer, e que com isso criaríamos o nosso capital financeiro. Eu acho que o Ignácio errou só pelo seguinte: porque, de novo, esse capital financeiro quem está criando é o Estado. Não é o excedente líquido nas mãos do setor privado, como ele pensava.

Ignácio freqüentemente levantava os problemas corretos, mas de forma imperfeita. Quando reclamavam muito dele, que era uma pessoa muito engraçada, tinha um ego enorme, mas ao mesmo tempo tinha um sentido de autocrítica muito forte (isto é, um superego extravagante: era uma personalidade que Freud gostaria de ter conhecido), ele dizia: “*vocês estão exigindo muito de mim, que nasci em Caxias do Maranhão.*” Eu era muito amigo dele, gostava muito dele; na verdade era um discípulo e me tornei um amigo. (O homenageamos, junto com Celso Furtado e Caio Prado Jr., na revista que Bresser Pereira organizou e até hoje financia, a *Revista de Economia Política*). Pois ele acertou na mosca do ponto de vista de qual era o problema que estava surgindo, que iria aparecer. Ele só errou porque de fato o setor privado não contribuiu com esse processo da forma como ele imaginara. Ele acertou em cheio ao perceber que era esse o problema que estava emergindo, e ao dizer que ele só se resolveria com a criação do tal capital financeiro,

desatando, ao mesmo tempo, o nó que comprometia financeiramente o Estado. Ele era um leitor do Hilferding e por isso não era de espantar que ele viesse com essas coisas.

Mas então tem uma função nova, que surgiu de novo pelo Estado. De um lado, pelas privatizações, e, de outro, pela formação dos fundos, os fundos privados de previdência complementar, uma coisa antiga, que a ditadura já tinha feito, e o FAT, que surgiu com a Constituinte de 1988. E tucanos e petistas estão nesses dois lugares. Os tucanos, pela via das privatizações e pela via da globalização, e os petistas, nos fundos. A parte tucana, na verdade, está em metamorfose, está deixando de ser simples gestora, para passar a ser, de fato, parte da burguesia. Mas essa função vai permanecer. Do ponto de vista empírico, eles estão aí.

Isso vai permanecer, porque contraditoriamente ao que o neoliberalismo poderia pensar, o nó só pode ser quebrado de novo por uma socialização intensa de perdas. Em outras palavras, tirar excedente do Estado e passar para o setor privado. Infelizmente, a administração petista confirma isso. A reforma da Previdência não é outra coisa senão extorquir o Estado, e a extorsão vai bater no mundo do trabalho. Vai ter que fazer um arrocho fiscal e esse arrocho leva ao arrocho salarial. A reforma da Previdência é um arrocho salarial disfarçado, uma poderosa transferência. Esses locais e essas funções estão aí, e eles são novos e vão permanecer. Então seus agentes, no meu modo de ver, formam uma nova classe social. Não são trabalhadores. Sua origem pode ter sido essa, mas ela não diz mais nada a respeito do papel que eles hoje cumprem.

De um lado e do outro, como chegaram aí todos os que nós conhecemos? Chegaram, do lado tucano, por meio das privatizações, chegaram via conhecimento dos segredos do Estado. Alguns vão dar um passo adiante e se transformar em membros propriamente da burguesia, do grupo capitalista. Do lado petista, também chegaram por meio do conhecimento dos segredos do Estado, operando os fundos. Há, portanto, aqui, no capitalismo da periferia, um campo que preenche isso. Não é exatamente a mesma coisa que se passou, por exemplo, com a social-democracia nórdica. Eles, lá, não tiveram e não têm essa função. É por isso que eu estou fazendo a provocação, ao chamá-los de uma nova classe. Eles têm algumas das coisas que definem uma classe, a experiência de classe, o papel, o lugar na função, a formação, o novo consenso.

Pessimismo de curto prazo e “Socialismo Utópico”

Então, em função de tudo isso, as perspectivas hoje são muito pessimistas a respeito do Brasil. Se alguém me perguntasse se seria possível hoje um governo reformista, que

nos trouxesse de novo a perspectiva do Estado do Bem-Estar do qual estivemos tão próximos, eu diria que possível não é, mas temos que agir como se fosse, para retomar um bordão do Paulo Arantes. Examinando a situação com o que as ciências sociais podem nos dar, ficamos amarrados nessa constatação pessimista, mas mesmo assim temos que pensar para a frente.

O que seria um governo reformista? Em primeiro lugar, teria que haver uma democratização radical. Seria necessário ampliar todos os espaços de intervenção, não se pode corporativizar mais - e eu adoto pela primeira vez essa palavra infeliz -, não se pode corporativizar. Em outras palavras, esses fundos não podem ser fundos só dos trabalhadores organizados. É preciso achar outras formas pelas quais a sociedade se organize para ampliar a distribuição da riqueza. Tal como a social-democracia começou, no princípio do século XX, a atacar não a propriedade dos meios de produção, mas a atacar a distribuição, e dessa forma começou a mudar a relação.

Teríamos que fazer algo parecido, ampliando os graus. Ampliar a distribuição de uma forma radical e ampliar a intervenção popular organizada nas formas da distribuição da riqueza, socializando por essa via. Em suma, estamos falando de uma espécie de democracia cuja tendência é socialista. Com uma distribuição de renda tal como a que existe no Brasil, nem o capital é viável. Ao mesmo tempo, não pode corporativizar mais, porque o corporativismo é uma armadilha, ele se transforma nesses fundos de pensão e, na verdade, cava um fosso, de novo, entre os trabalhadores e as elites. Detentores de cotas dos fundos privados financiam novos empreendimentos do capital, e ao empregar novos trabalhadores refazem, por essa via, a relação capital-trabalho: não é como o senador Mercadante disse.

Como a tendência no chamado mundo do trabalho é aumentar a utilização de um trabalho que é desorganizado do ponto de vista do "sujeito trabalho", mas que é organizado do ponto de vista do capital, então vai aparecer uma contradição, que é uma aparência, mas que se materializa e cujas conseqüências se dão na política. Vai aparecer um pequeno mundo do trabalho corporativizado e um imenso mundo que não é do não-trabalho, mas que não é do trabalho corporativizado, e aí o capital vai rir de um canto ao outro. São os fundos dirigidos por trabalhadores que desempregam, que bancam a reestruturação produtiva e que se aproveitam dos benefícios para eles, fazendo isso evidentemente sob as formas do capital financeiro. Cria-se uma espécie de sujeito monetário engordado, do Kurz, de indivíduo engordado.

Isso só uma democratização radical pode aliviar, introduzindo intervenção popular em todos os campos. É por isso que eu fui tão otimista com a perspectiva do Orçamento Participativo (OP), principalmente aqui, na cidade de São Paulo. Esse processo, se encaminhado corretamente, se for de fato feito com essa intenção, produz uma pedagogia re-

volucionária. Toda uma cidade discutindo o orçamento é uma coisa impensável, e é possível fazer. E tira o risco da corporativização. E você amplia de todas as formas. Amplia do ponto de vista da inclusão, amplia do ponto de vista da proporção que isso representa nos gastos e nas receitas, e por aí vai forçando uma democratização que não vai ter como se corporativizar. Esse é um caminho bastante utópico, de difícil concreção, há pouquíssimos exemplos, entre os quais o OP é um deles.

Mas se insistirmos nas coisas que obedecem à tendência do trabalho desorganizado, se deixarmos nos levar por essa correnteza, que é o que infelizmente está acontecendo, não vamos a lugar algum, porque isso virou funcional ao capital. É como eu digo no *Ornitorrinco*. As formas mais modernas de acumulação se alimentam, no Brasil, do trabalho mais primitivo, mais atrasado, atrasado não só do ponto de vista do processo de trabalho em si, mas atrasado também do ponto de vista dos direitos etc. E por quê? Porque quem está organizando tudo isso, não nos enganemos, é o processo técnico-científico, é a forma que o capital tomou recentemente.

Mas alguém pode perguntar: então você está explicando esse mundo técnico-científico por esse trabalho miserável? E eu digo, não. Estou, ao contrário, explicando esse trabalho miserável por esse mundo técnico-científico. E uma vez mais eu vou buscar a coisa no velho barbudo. É o mais avançado que comanda. Pensou-se que o mais avançado liquidaria com essa coisa atrasada, mas ele recria sempre, ele a está recriando de uma forma extremamente difícil de desmanchar, parece que não tem volta atrás. Num país como o Brasil, que sempre esteve nessa trilha, se não houver uma forma de deter isso, é o desastre... Então a palavra de ordem tem de ser essa. Seguir pela linha da distribuição e democratizar radicalmente.

É por isso que eu critico o Fome Zero. Não critico por cinismo, critico porque é insuficiente. Se você estivesse botando 10%, que fosse, do PIB no Fome Zero você estaria de fato tentando mudar essa situação. Mas, com essas migalhas, não vai funcionar. E já há toda uma linha de pesquisa que mostra os efeitos incríveis dos programas de investimento público, os efeitos distributivos que eles têm. É fantástico o que uma escola pública representa, do ponto de vista redistributivo, para o estrato de menor renda. Então basta combinar o investimento público mais tradicional com uma coisa tipo renda mínima que muda essa porcaria, mas muda mesmo. Portanto, não estou contra o Fome Zero por cinismo. Estou contra porque ele é absolutamente insuficiente. Se você fez uma transferência de patrimônio da ordem da que o Fernando Henrique fez, para um dos lados, é preciso fazer outra, também dessa ordem, para o outro lado. Podem dizer que tudo isso é utópico e é verdade. Com as armas que eu tenho não dá mesmo para vislumbrar algo assim. Então acho que voltei, por vias transversas, a uma espécie de socialismo utópico, como meu velho amigo Paul Singer.

Relação de Pareceristas do Ano – 2003

Adolfo Sachsida	José Oswaldo Cândido Júnior
Ajax Reynaldo Bello Moreira	José Roberto Securato
Ana Maria Fontenele	José Vicente Caixeta Filho
Ana Maria Holland Ometto	José W. Rossi
André Garcez Ghirardi	Luiz Fernando Rodrigues de Paula
Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi	Luiz Guilherme Scorzafave
Antonio Gledson de Carvalho	Marcelo Fernandes
Antonio Lisboa Teles da Rosa	Marcelo Savino Portugal
Antonio Páez	Marcos da Rocha Ferreira Mendes
Benjamin Miranda Tabak	Maria Cristina T. Terra
Carlos Eduardo Soares Gonçalves	Maria Dolores Montoya Diaz
Cláudia Helena Cavalieri	Maria Helena Zockun
Cláudio Felisoni de Angelo	Maria José Willumsen
Denisard Cnéio de Oliveira Alves	Matheus Albergaria de Magalhães
Denise Cavallini Cyrillo	Mauro Borges Lemos
Edric Martins Ueda	Milton Barossi Filho
Edson Paulo Domingues	Mirian Rumenenos Piedade Bacchi
Edvaldo Alves de Santana	Naércio Aquino Menezes-Filho
Evaristo Marzabal Neves	Nali de Jesus de Souza
Fábio Giambiagi	Paulo Gonzaga M. de Carvalho
Fábio Kanczuk	Renato Galvão Flôres Junior
Fernando A. Blanco Cossío	Roberto de Góes Ellery Junior
Fernando Lopes Leon	Rodolfo Hoffmann
Gervásio Castro de Rezende	Rodrigo De Losso da Silva Bueno
Gilberto Tadeu Lima	Sérgio Kannebley Júnior
Gilson de Lima Garófalo	Sigismundo Bialoskorski Neto
Hélio Zylberstajn	Simone Wajnman
Hildete Pereira de Melo	Steven Helfand
João Carlos Douat	Tatiane Almeida de Menezes
Joaquim José Martins Guilhoto	Tito Belchior Silva Moreira
Jorge Saba Arbache	Vera Lucia Fava
José Raimundo Carvalho	William Eid Júnior
José Carrera-Fernandez	Yony Sampaio